

案件編號：第 193/2024 號（刑事上訴案）

日期：2025 年 4 月 9 日

重要法律問題：

- 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判
- 正當防衛（《刑法典》第 31 條）
- 免除刑罰（《刑法典》第 137 條第 3 款）
- 民事賠償

摘 要

1. 僅當法院未能就“訴訟標的範圍內的全部事宜”表明立場時，方存在“已認定的事實不足以支持裁判”的瑕疵。

2. 正當防衛應同時滿足三個要件：(1) 行為人本人或第三人受法律保護的利益遭受不法侵犯，且該侵犯必須是正在實施或迫在眉睫的侵犯；(2) 為擊退不法侵害所使用的方法必須是必要且合理的；(3) 行為人必須具有防衛的意圖（*animus defendi*）。

正當防衛所使用的方法須具備必要性及合理性，通常地，以令對方不能近身或以適當武力制服對方為限；而防衛之意圖，則透過這些所使用的防禦性擊退侵害的常用方法所體現出來。

3. 根據《刑法典》第 68 條第 3 款，在出現《刑法典》第 137 條第

3 款所指的兩種情況時，具體決定是否給予免除刑罰，取決於《刑法典》第 68 條第 1 款各項所定立的條件是否同時成立。

具體而言，屬於互相侵害且未能證明打鬥之人中何人先行攻擊，或行為人對攻擊者僅予反擊者，只有在同時滿足事實之不法性及行為人之罪過屬輕微者、損害已獲彌補及免除刑罰與預防犯罪不相抵觸的前提下，方得免於處罰。

4.《刑事訴訟法典》第 74 條規定法院依職權裁定給予補償。為此，法院依據案件的具體事實和情節，尤其行為人襲擊的方式、對方相應的受傷位置、傷勢程度等，依照一般經驗法則，認定行為人的行為與被害人遭受的身體及精神傷害存在的適當因果關係，並根據民法之準則裁定賠償。

裁判書製作人

周艷平

澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 193/2024 號（刑事上訴案）

上訴人：A（第二嫌犯）

日期：2025 年 4 月 9 日

一、案情敘述

在初級法院第 CR3-23-0033-PCC 號合議庭普通刑事案中，法院於 2024 年 1 月 26 日作出判決，裁定：

- a) 第一嫌犯 B 以直接正犯及既遂方式觸犯的《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰的一項侵入住所罪，判處七十五日罰金；
- b) 嫌犯以直接正犯及既遂方式觸犯了《刑法典》第 137 條第 1 款所規定及處罰的一項普通傷害身體完整性罪，判處六十日罰金；
- c) 兩罪並罰，合共判處九十日罰金的單一刑罰，日額為澳門幣 120 元，即總共為澳門幣 10,800 元罰金，若不繳納罰金或不以勞動代替，則須服六十日徒刑；
- d) 第一嫌犯 B 須向第二嫌犯 A 支付澳門幣 1,200 元的損害賠償金，

以及根據終審法院 2011 年 3 月 2 日第 69/2010 號上訴案的統一司法見解裁判所定的法定利息；

- e) 第二嫌犯 A 以直接正犯及既遂方式觸犯了《刑法典》第 137 條第 1 款所規定及處罰的一項普通傷害身體完整性罪，判處九十日罰金，日額為澳門幣 120 元，即總共為澳門幣 10,800 元罰金，若不繳納罰金或不以勞動代替，則須服六十日徒刑；
- f) 第二嫌犯 A 須向第一嫌犯 B 支付澳門幣 3,500 元的損害賠償金，以及根據終審法院 2011 年 3 月 2 日第 69/2010 號上訴案的統一司法見解裁判所定的法定利息。

*

第二嫌犯A不服，向本院提起上訴，上訴狀載於卷宗第238頁至248頁背頁，為著適當的法律效力，在此視為完全轉錄。¹

¹ 上訴人的上訴理由闡述之結論部分原文如下：

CONCLUSÕES

1.^a Vem o presente recurso interposto contra a douta Sentença proferida pelo Tribunal *a quo* que condenou a 2.^a Arguida pela prática de 1 crime de ofensa simples à integridade física, crime p. e p. pelo art.º 137.º, n.º 1, do Código Penal, à pena de 90 dias de multa.

2.^a Foram ambas as arguidas nos autos acusadas da prática do crime de ofensa simples à integridade física, sendo a 1.^a Arguida acusada ainda da prática do crime de violação de domicílio, p. e p. pelo art.º 184.º do Código Penal, por ter entrado e permanecido, sem autorização, no domicílio da 2.^a Arguida.

3.^a Realizado o julgamento, foram dados como provados todos os factos constantes da douta Acusação, tendo, a final, sido proferida douta Sentença condenando ambas as Arguidas pelos crimes de

que vieram acusadas, e foram ambas ainda condenadas, a título de arbitramento oficioso de reparação, ao pagamento de indemnizações civis por danos não patrimoniais.

4.^a Tem a nossa jurisprudência entendido que o vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto, previsto no art.º 400.º, n.º 2, al a), do Código de Processo Penal, ocorre "quando a matéria de facto provada se apresente insuficiente para a decisão de direito adequada", e ainda "quando o tribunal não deu por provada a matéria de facto necessária para a decida aplicação da lei e uma boa decisão de mérito da causa".

5.^a Da matéria de facto constante da acusação, e dada integralmente como provada na Sentença recorrida, resulta que a 1.^a Arguida, vendo C a abandonar a fracção com a 2.^a Arguida, entrou no domicílio destes e começaram a discutir, a empurrarem-se e agredirem-se mutuamente com murros, no entanto, face à prova produzida nos autos, tal matéria provada apresenta-se insuficiente, porquanto não incluiu quem provocou a situação, quem agrediu primeiro e quem se limitou a defender-se de agressões alheias.

6.^a Analisando o Acórdão recorrido, constata-se que tanto no capítulo da convicção do Tribunal, como no capítulo da aplicação do direito aos factos, a questão da legítima defesa por parte da 2.^a Arguida foi uma questão essencial levantada pela defesa desta, e que foi efectivamente equacionada pelo Tribunal no julgamento da causa,

7.^a Mas dos segmentos dos factos provados e factos não provados do Acórdão não consta como detalhado quem provocou a situação, a pessoa que espoletou as agressões e a que título a 2.^a Arguida agiu ou repeliu as agressões da 1.^a Arguida, o que se afigura cair no âmbito das situações nas quais o tribunal não deu por provada a matéria de facto necessária para a decida aplicação da lei e uma boa decisão de mérito da causa.

8.^a A 1.^a Arguida admitiu que já vinha há algum tempo a provocar e assediar a 2.^a Arguida, com telefonemas e mensagens sucessivas, mensagens essas patenteadas nos autos e das quais resulta claro que a 1.^a Arguida vinha assediando a 2.^a Arguida há algum tempo, o que resulta também do relatório

final do CPSP, factos deviam ter resultado como provados, por relevantes para uma boa decisão da causa, tendo em conta a potencial verificação da legítima defesa por parte da 2.^a Arguida, devidamente equacionada pelo Tribunal de julgamento.

9.^a Em audiência a 2.^a Arguida admitiu que (1) se deslocou ao domicílio da 2.^a Arguida para discutir com o seu marido questões pessoais e familiares (2) o teor da discussão colocou-a num estado elevado de irritação (3) foi ela quem iniciou as agressões contra a 2.^a Arguida, por esta se ter intrometido na discussão e (4) só após a 2.^a Arguida se defender é que esta alargou e cessou a sua agressão.

10.^a Só o facto de as arguidas se terem apurado e agredido mutuamente foi levada à factualidade provada, o que se afigura insuficiente para sustentar a decisão de direito.

11.^a Pelo que é de se concluir que incorreu a douda decisão recorrida no vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto, vício previsto no art.º 400.º, n.º 2, al. a), do Código de Processo Penal, devendo ser corrigida, adicionando-se a factualidade aqui descrita aos factos provados, ou, subsidiariamente, reenviando-se o processo para novo julgamento, a versar sobre a pessoa que provocou a alteração entre as arguidas e quem iniciou as agressões.

12.^a Entendeu o Tribunal não existir situação de legítima defesa, nem poder haver lugar a dispensa de pena (por mera retorsão), porquanto os danos físicos verificados na 1.^a Arguida são mais extensos do que os verificados na esfera da 2.^a Arguida, no entanto, a legítima defesa não se guia pela gravidade dos danos verificados na esfera do agressor e do agredido, mas sim pela necessidade de recurso à defesa e a necessidade do meio utilizado.

13.^a No vertente caso, estão verificados todos os elementos da legítima defesa, tais como definido no art.º 31.º do Código Penal: (i) a acção da 2.^a Arguida foi como forma de repelir uma agressão actual e ilícita; (ii) o meio de defesa imposto foi necessário e (iii) a intenção da 2.^a Arguida foi meramente defensiva, o que resulta patentemente dos autos, uma vez que a 1.^a Arguida entrou ilicitamente no domicílio daquela, forçou uma discussão com os seus habitantes, e iniciou as agressões, conforme ela própria admitiu em audiência de julgamento.

14.^a Os relatórios médicos de fls. 54-55 e 72-73 demonstram que a 1.^a Arguida teve escoriações e nódoas na testa e couro cabeludo, necessitando de 3 dias para recuperar, e a 2.^a Arguida teve escoriações nos braços, necessitando de 1 dia para recuperar, parecendo-nos inelutável que a diferença de danos verificados em ambas não é substancial, e muito menos de um grau de disparidade suficiente para afastar a aplicação do instituto da legítima defesa.

15.^a O próprio Tribunal recorrido dá, indirectamente, como assente que a 2.^a Arguida se limitou a defender e a retorquir uma agressão inicial ilícita da 1.^a Arguida, uma vez que utiliza como fundamento para denegar a tese da legítima defesa unicamente o facto de os danos verificados na primeira Serem mais extensos do que os verificados na segunda.

16.^a Resultou ademais da instrução que foi a 2.^a Arguida quem chamou a polícia, o que dá azo à tese da legítima defesa, porquanto demonstra que a parte agressora foi, unicamente, a 1.^a Arguida.

17.^a Violou a dita Sentença recorrida no disposto no art.º 31.º do Código Penal, por desaplicado num quadro que o impunha, devendo ser revogado e substituído por outro no qual se reconheça a legítima defesa nas acções da 2.^a Arguida, reconhecimento esse que importa a exclusão da ilicitude da sua conduta, o que deve resultar na sua absolvição.

18.^a Caso assim não se entenda, hipótese que se equaciona por mera cautela de patrocínio, sempre se diga que devia a 2.^a Arguida ter beneficiado, no mínimo, da dispensa de pena, nos termos do artigo 137.º, n.º3, al. b), do Código Penal

19.^a Com efeito, resultou da instrução que a 2.^a Arguida se limitou a repelir uma agressão actual e ilícita da 1.^a Arguida, que as lesões resultantes da sua acção defensiva são diminutas e que ela é arguida primária, tudo elementos que, de acordo com jurisprudência emanada dos nossos Tribunais superiores, justificam a dispensa da pena.

20.^a A manter-se o entendimento vertida no Acórdão recorrido, afigura-se que se acabar por premiar o *infractor* (neste caso, a 1.^a Arguida), quem efectivamente espoletou toda esta situação, deslocando-se a uma habitação que não lhe pertence, lá entrando e permanecendo sem autorização, e

agredindo a 2.^a Arguida sem qualquer provocação que o pudesse justificar, abrindo-se a porta a condutas semelhantes, condutas essas que não podem ser toleradas pelo Direito.

21.^a Pelo que é de se concluir, e ressalvado o devido respeito por outro entendimento, ter o douto Acórdão recorrido violado os artigos 68.º e 137.º, n.º 2, al. b), por desaplicados num quadro que impunha a sua aplicação.

22.^a Foi ainda a 2.^a Arguida condenada a indemnizar a 2.^a Arguida no valor de MOP3,500,00(três mil e quinhentas patacas), ao abrigo do art.º 74.º do Código de Processo Penal, por virtude dos danos não patrimoniais verificados na esfera jurídica da 1.^a Arguida.

23.^a Vencendo a tese da legítima defesa supra desenvolvida, necessariamente terá de ser a 2.^a Arguida absolvida da condenação civil, porquanto cai o requisito da ilicitude da sua acção, um dos elementos da responsabilidade civil extracontratual (cfr. artigos 329.º e 477.º do Código Civil), na qual essa condenação assentou.

24.^a No entanto, e independentemente da decisão que vier a ser tomada quanto a esse segmento, afigura-se padecer a condenação civil de vício próprio, por violação de lei, uma vez que, efectivamente, não foi nos autos produzida nenhuma prova da qual resulte que a 1.^a Arguida, fruto da conduta da 2.^a Arguida, tenha padecido de sofrimento psíquico, ansiedade ou angústia.

25.^a São três os requisitos do arbitramento oficioso da reparação: (i) a necessidade de protecção dos interesses do lesado (ii) a não oposição deste e (iii) a prova suficiente dos pressupostos e quantitativa da reparação, sendo precisamente neste terceiro requisito que se afigura que não se pode a condenação da 2.^a Arguida manter.

26.^a É que nos autos não foi produzida qualquer prova suficiente de que a 1.^a Arguida tenha efectivamente padecido de danos não patrimoniais, mormente de sofrimento psíquico; ansiedade ou angústia, inexistindo qualquer relatório médico, testemunha, ou qualquer documento, dos quais se pudesse retirar que a 1.^a Arguida padecesse de danos não patrimoniais; muito menos de gravidade

*

駐初級法院刑事法庭的檢察院代表對上訴作出答覆，認為上訴人之上訴理由不成立，應予駁回（詳見卷宗第 256 頁至第 258 頁）。

檢察院在答覆狀中提出下列理據（結論部分）：

1. 首先，第一嫌犯的電話和信息內容非控訴事實。
2. 我們認為上訴人所提出的部分問題，實為《刑事訴訟法典》第 355 條判決書要件的規定。
3. 所有控訴事實全部獲得確認。

merecedora da tutela do direito, exigência contida no, art.º 489.º, n.º 1, do CCM, pelo que se afigura ter o douto Acórdão violado o art.º 74.º do CPP, por aplicado num quadro que não o impunha.

27.^a Sem prejuízo do disposto no art.º 390º, n.º 2, do Código de Processo Penal, quanto ao valor da sucumbência, afigura-se que por força do estabelecido no art.º 393.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, pode esse Venerando Tribunal conhecer deste assacado vício.

28.^a Em suma, e ressalvado o muito tido e devido respeito pelo douto Tribunal *a quo*, o Acórdão recorrido incorreu insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, em violação dos artigos 31.º 68.º e 137.º, n.º 3, al, b), todos do Código Penal, e em violação do art.º 74.º do Código de Processo Penal.

TERMOS EM QUE, pelos fundamentos expostos e nos demais de Direito que Vossas Excelências doutamente suprirão, deve o presente recurso ser declarado procedente, por provado, reconhecendo-se os vícios aqui apontados à douta Sentença recorrida e consequentemente passando a Recorrente a ser absolvida do crime de que veio acusada, ou, subsidiariamente, dispensada a pena aplicada, e ademais, absolvida da condenação civil a que foi Condenada; para o caso de se reconhecerem os vícios apontados ao julgamento da matéria de facto, mas se entender não ser possível de decidir a causa, pede o reenvio do processo para novo julgamento; assim se fazendo a tão habitual Justiça.

4. 從判決書中，不難看到原審法院已列舉經證明及未經證明的事實，以及闡述並且已扼要而能完整地，且作為裁判依據的事實上及法律上的理由，並列出用作形成心證且經審查及衡量的證據。

5. 原審裁判在事實的判斷及定罪部分中，結合嫌犯、證人、手機通話記錄連附圖、訊息截圖、照片以及卷宗書證作出簡而精的扼要敘述、經深入分析後就所得依證據才做出定罪。當中並不存在遺漏手機信息這部分。

6. 除了列舉的已證事實、未證事實，並指出形成法院心證所依據的證據，亦作出了重要而精簡的分析，還摘要地寫出證人陳述內容、包括兩名嫌犯對陳述內容也做出描述。

7. 我們認為上訴人所列理據和說明，一定程度屬未予全面看明白裁判書或未有清楚掌握《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款之規定。

8. 從原審法院判決書可以看到，其說明理由方面是充分的，並不存在上訴人所指的沒有正確適用法律和公正裁判的瑕疵。

9. 關於上訴人所指正當防衛和免於刑罰理據。

10. 透過第一嫌犯和第二嫌犯（上訴人）陳述和事實的判斷，首先是第一嫌犯進入了丈夫和第二嫌犯的住宅，並開始先拉扯其丈夫而後拉扯第二嫌犯，期間第二嫌犯針對第一嫌犯的頭部做出攻擊和拉扯第一嫌犯頭髮，且攻擊行為和手段較第一嫌犯更為強烈，導致第一嫌犯受到傷害更重。

11. 原審法院據以裁判第二嫌犯傷害第一嫌犯，並非僅以臨床法醫學意見書的傷害內容為依據，還綜合了卷宗內書證和證人證言，才

形成心證作出判斷。

12. 我們不能以第一嫌犯進入住宅和先作出拉扯，上訴人（第二嫌犯）作出攻擊就無條件地認定為屬正當防衛，尤其需端視擊退的程度、持續性和必要性，以及是否單純為擊退已存在的攻擊。我們認為，原審法院在裁判中已作充份考慮。

13. 基於上訴人（第二嫌犯）的攻擊行為並非出於正當防衛或至少基於防衛而傷害對方，故不符合《刑法典》第 31 條合法防衛以及《刑法典》第 137 條第 3 款 b) 項規定而獲得免除其刑罰。

14. 綜上所述，本院認為上訴人理據不成立，應予駁回。

*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為應裁定上訴人提出的上訴理由不成立（見卷宗第 271 頁至第 273 頁背頁）。

*

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出評議及表決。

二、事實方面

（一）控訴事實及答辯事實

檢察院的控訴書載於卷宗第 110 頁至 111 頁，為著適當的法律效力，在此視為完全轉錄。

第一嫌犯的書面答辯狀載於卷宗第 171 頁，為著適當的法律效力，在此視為完全轉錄，第一嫌犯請求法院考慮卷宗內一切有利於該嫌犯的情節。

第二嫌犯的書面答辯狀載於卷宗第 174 頁，為著適當的法律效力，在此視為完全轉錄，第二嫌犯表示將在辯論中及審判聽證中就存有疑問的事實作出澄清。

**

(二) 原審法院經庭審後認定的事實

獲證明屬實的控訴書事實：

1.

2022 年 5 月 6 日晚 9 時 40 分左右第一嫌犯前往其丈夫 C 與第二嫌犯所承租的位於 XX 巷 XX 號 XX 大廈 XX 樓 XX 室住所以便與 C 商討兩人的離婚事宜。

第一嫌犯到達上述單位門外時剛好見到 C 打開大門正準備與第二嫌犯一起從單位內步出，在憤怒的情況下未獲得第二嫌犯或 C 的同意就衝進單位內與第二嫌犯發生爭執和拉扯，二人進而揮拳擊打對方。

2.

第一、第二嫌犯其後被送至 XX 醫院進行治療，第一嫌犯被診斷為頂部及右前額組織挫瘀傷，右手軟組織挫擦傷，第二嫌犯被診斷為雙前臂軟組織挫擦傷，分別需 3 日和 1 日時間康復（參見載於卷宗第 73 及第 72 頁之臨床法醫學意見書，此處視為全文轉載）。

3.

第一嫌犯在未獲得適當同意的情況下自願侵入他人住所。

第一、第二嫌犯在自由，自願和有意識的情況下，故意實施了可傷害他人身體完整的行為。

兩名嫌犯清楚知道其行為是法律所禁止，會受到相應之制裁。

*

另外證明以下事實：

第一嫌犯現為娛樂場監場主任，每月收入為澳門幣 28,000 元

✧ 嫌犯已婚（分居），需供養父母、一名成年在學女兒及一名未成年女兒。

✧ 嫌犯學歷為初中畢業。

✧ 嫌犯部份承認被指控的事實。

✧ 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

~

第二嫌犯現為娛樂場角子機服務員，每月收入為澳門幣 16,000 元。

✧ 嫌犯為離婚，需供兩名未成年在學子女。

✧ 嫌犯學歷為高中畢業。

✧ 嫌犯否認被指控的事實。

✧ 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

*

未獲證明的事實：

尚沒有其他載於控訴書與答辯狀的事實有待證明。

三、法律方面

上訴法院只解決上訴人具體提出且在其上訴理由闡述的結論中所界定的問題，而毋須分析上訴人在提出這些問題時所主張的每項理由，結論中未包含的問題已轉為確定。²

*

本上訴涉及的法律問題：

- 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判
- 正當防衛（《刑法典》第 31 條）
- 免除刑罰（《刑法典》第 137 條第 3 款）
- 民事賠償

*

（一）關於“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判”

上訴人認為，案件所控訴及認定的事實不足，當中沒有是誰挑起事端、誰先發動攻擊、誰只是為了防禦他人的攻擊之事實，故被上訴裁判沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項規定的“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判”。

終審法院於 2021 年 5 月 5 日第 40/2021 號刑事上訴案合議庭判決中指出：

² 參見中級法院2001年5月3日第18/2001號上訴案合議庭裁判、中級法院2003年6月5日第103/2003號上訴案合議庭裁判。

我們一直反覆強調，僅當法院未能就“訴訟標的範圍內的全部事宜”表明立場時，方存在“已認定的事實不足以支持裁判”的瑕疵。

換言之，只有在發生了對“重要事實”的“遺漏審理”，且根據“已認定的事實”無法良好而妥當地對交予法院審理的案件適用法律的情況下，才存在上述瑕疵。

由此，(還)要留意的是，上述“不足”與支持或者應當支持事實事宜的證據無關，不能將兩者混為一談。相反，這裡所涉及的是事實事宜的“列表”，它可能會不夠充分，並非因為有關事實以無效或有缺漏的證據作為支持，而是因為它未能包含為解決相關法律問題而應被列入具體訴訟標的範圍內的必不可少的核心事實。

總而言之，已認定的事實不足以支持裁判的瑕疵是指未能調查及審理能夠符合罪狀構成要件之規定的事實要素，遺漏了構成罪狀的“客觀”或“主觀”要件乃至任何一項變更(加重或減輕)情節的事實，同時要注意的是，如果根據已認定的事實能夠對交予法院審理的案件安全穩妥地適用法律，則不存在任何“已認定的事實不足以支持裁判”的瑕疵（關於這項瑕疵及其所涉及的範圍，尤見於本終審法院 2014 年 3 月 26 日第 4/2014 號案、2015 年 3 月 4 日第 9/2015 號案、2017 年 3 月 24 日第 6/2017 號案和 2020 年 11 月 27 日第 193/2020 號案的合議庭裁判）。

*

細讀被上訴判決，檢察院於控訴書中指稱，第一嫌犯到達上述單位門外時剛好見到 C 打開大門正準備與第二嫌犯一起從單位內步出，

在憤怒的情況下未獲得第二嫌犯或 C 的同意就衝進單位內與第二嫌犯發生爭執和拉扯，二人進而揮拳毆打對方，而該控訴事實獲得證實（已證事實第 1 點第 2 段）。

從被上訴判決的“事實的判斷”部分的陳述可見，除了控訴書、答辯狀中的事實，原審法院對有可能出現的正當防衛和單純對襲擊者予以回擊的情節作出審理，最終認定上訴人不是單純的正當防衛或適度反擊，並且詳細陳述了所依據的理據。可見，被上訴判決並不存在任何遺漏審理的情況。

實際上，上訴人是對原審法院認定其不是正當防衛、亦不是對第一嫌犯僅予以反擊並對其作出處罰的決定表達不同意的立場，這是法律層面的問題，顯然不是“事實不足”的問題。

經仔細研讀卷宗資料，我們認為，原審法院對於控訴書內的控訴事實、上訴人及第一嫌犯於答辯狀中提出的事實全部進行了調查，詳細列明了獲證事實及未證事實，並對相關事實作出分析判斷，其間，沒有任何未被查明的具重要性的事實事宜，並不存在審理的遺漏，亦未見被認定事實存在不足或不完整之情形。故此，被上訴判決不沾有上訴人所質疑的獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判的瑕疵。

*

（二）關於正當防衛

上訴人認為，第一嫌犯不法進入其住宅並對其作出攻擊，其為擊退第一嫌犯的不法攻擊才動手，符合正當防衛的構成要件，因此，被上訴判決違反了《刑法典》第 31 條的規定。

《刑法典》第 30 條（阻卻不法性）規定：

一、從法律秩序之整體加以考慮，認為事實之不法性為法律秩序所阻卻者，該事實不予處罰。

二、尤其在下列情況下作出之事實，非屬不法：

a) 正當防衛；

b) 行使權利；

c) 履行法律規定之義務或遵從當局之正當命令；或

d) 獲具有法律利益而受侵害之人同意。

《刑法典》第 31 條（正當防衛）規定：

為擊退對行為人本人或第三人受法律保護之利益正在進行之不法侵犯而作出之事實，如其係擊退該侵犯之必要方法者，為正當防衛。

有關是否存在正當防衛，屬於法律問題，是對已證事實作出合理解釋所得出的結論並對之作法律適用的問題。

根據前指法條的規定，正當防衛應同時滿足三個要件：

（1）行為人本人或第三人受法律保護的利益遭受不法侵犯，且該侵犯必須是正在實施或迫在眉睫的侵犯；

（2）為擊退不法侵害所使用的方法必須是必要且合理的；及

（3）行為人必須具有防衛的意圖（*animus defendi*）。

*

根據案中審理查明的事實：第一嫌犯到達上述單位門外時剛好見到 C 打開大門正準備與第二嫌犯一起從單位內步出，在憤怒的情況下未獲得第二嫌犯或 C 的同意就衝進單位內與第二嫌犯發生爭執和拉扯，

二人進而揮拳毆打對方。

第一嫌犯擅闖上訴人住宅的行為是應該受到譴責的，但這並不會自動令上訴人襲擊行為符合正當防衛，必須審視上訴人所使用的方法是否是必要且合理的，以及其是否出自防衛的意圖。

正當防衛所使用的方法須具備必要性及合理性，通常地，以令對方不能近身或以適當武力制服對方為限；而防衛之意圖，則透過這些所使用的防禦性擊退侵害的常用方法所體現出來。

案中，第一嫌犯先行與上訴人拉扯及爭執，上訴人有條件以不發生襲擊身體的方式化解，此外，上訴人即使反擊，亦不應以比遭受的更嚴重的襲擊回應第一嫌犯。上訴人表示由於第一嫌犯拉扯其頭髮不肯放手，故其便拉扯第一嫌犯的頭髮及擊打第一嫌犯的頭部數記，而且，卷宗中的臨床法醫學意見書及醫生檢查報告所顯示的雙方傷勢程度，亦足以佐證上訴人的攻擊行為比第一嫌犯更為激烈。僅就上訴人擊打對方頭部次數及力度而言，其行為極具攻擊性，已超逾了自我防禦的意圖，亦不符合正當防衛所要求的必要性及合理性。

藉此，本院認為，原審法院裁定本案不符合《刑法典》第 30 條第 2 款 a 項及第 31 條所規定之正當防衛的情況及不會阻卻上訴人的行為的刑事不法性，適用法律正確，上訴人的相關上訴理由不成立。

*

（三）關於免除刑罰

上訴人認為，其對第一嫌犯僅予反擊，因此，應根據《刑法典》第 137 條第 3 款規定免除其刑罰。

《刑法典》第 137 條（普通傷害身體完整性）規定：

一、傷害他人身體或健康者，處最高三年徒刑或科罰金。

二、非經告訴不得進行刑事程序。

三、如屬下列情況，法院得免除其刑罰：

a) 互相侵害，且未能證明打鬥之人中何人先行攻擊；或

b) 行為人對攻擊者僅予反擊。

《刑法典》第 68 條（刑罰之免除）規定：

一、如屬下列情況，且犯罪可處以最高限度不超逾六個月之徒刑，即使同時可處以不超逾同一限度之罰金，或該犯罪僅可科以最高限度不超逾六個月之罰金，法院得宣告被告有罪過，但不科處任何刑罰：

a) 事實之不法性及行為人之罪過屬輕微者；

b) 損害已獲彌補；及

c) 免除刑罰與預防犯罪不相抵觸。

二、……

三、如另有規定容許作出免除刑罰之選擇，則僅在符合第一款各項所載之全部要件時，方免除之。

*

根據《刑法典》第 137 條第 3 規定，當屬於互相侵害，且未能證明打鬥之人中何人先行攻擊，或行為人對攻擊者僅予反擊者，法院得免除其刑罰。然而，免除刑罰並非自動和必須給予，法院應在具體案件中作出裁量。

根據《刑法典》第 68 條第 3 款，在出現《刑法典》第 137 條第 3 款所指的兩種情況時，具體決定是否給予免除刑罰，取決於《刑法典》第 68 條第 1 款各項所定立的條件是否同時成立。³

具體而言，屬於互相侵害且未能證明打鬥之人中何人先行攻擊，或行為人對攻擊者僅予反擊者，只有在同時滿足事實之不法性及行為人之罪過屬輕微者、損害已獲彌補及免除刑罰與預防犯罪不相抵觸的前提下，方得免於處罰。

本案，根據案中審理查明的事實，第一嫌犯到達上述單位門外時剛好見到 C 打開大門正準備與第二嫌犯一起從單位內步出，在憤怒的情況下未獲得第二嫌犯或 C 的同意就衝進單位內與第二嫌犯發生爭執和拉扯，二人進而揮拳毆打對方；上訴人與第一嫌犯的傷勢嚴重程度並不嚴重，分別需 3 日及 1 日時間康復。上訴人為初犯。

但是，上訴人否認控罪，自認其行為屬於正當防衛，從未深刻反省其行為的惡害所在，且未對第一嫌犯作出賠償，可見，上訴人的罪過並不屬輕微，免除刑罰與預防犯罪之間相互抵觸。

第一嫌犯確實是未經許可闖入上訴人的住所，第一嫌犯的行為須被譴責且其已因此事實於本案被裁定觸犯一項侵入住所罪並被處罰，然而，第一嫌犯的行為並不能將上訴人的襲擊行為輕微化。

基於此，上訴人未能同時符合《刑法典》第 68 條第 1 款規定之免除刑罰的全部要件，不符合《刑法典》第 137 條第 3 款 a 項及 b 項結合第 68 條第 1 款及第 3 款的規定，原審法院裁定對上訴人不予免除刑

³ 參見中級法院 2020 年 11 月 12 日第 332/2019 號刑事上訴案合議庭裁判。

罰，並無適用法律方面的錯誤。

*

（四）關於民事賠償

上訴人認為其為正當防衛，因此上訴人無需被裁定賠償；如不如此認為，卷宗無任何第一嫌犯因上訴人的行為遭受財產及精神損害的事實，因此，不應裁定上訴人對第一嫌犯作出賠償。

首先，上訴人的行為不符合正當防衛，故其不需賠償的理據不成立。

其次，法院根據案件的具體事實和情節，尤其行為人襲擊的方式、對方相應的受傷位置、傷勢程度等，依照一般經驗法則，認定行為人的行為與被害人遭受的身體及精神傷害存在的適當因果關係，並根據民法之準則裁定賠償。

原審法院基於第一嫌犯和上訴人相互襲擊造成對方受傷，裁定第一嫌犯和上訴人相互賠償造成對方的損害，而就上訴人須賠償第一嫌犯部分，被上訴判決指出：

根據已審理查明的事實，第二嫌犯 A 故意實施了可傷害他人身體完整的行為，故意與第一嫌犯 B 發生爭執和拉扯，進而揮拳擊打第一嫌犯，其行為直接及必然地導致第一嫌犯頂部及右前額組織挫擦傷，以及右手軟組織挫擦傷（需 3 日時間康復）。

由此可見，第二嫌犯的故意暴力傷害身體完整性行為與第一嫌犯遭受的身心傷害、痛楚及損失之間存在適當因果關係，第二嫌犯有義務向有第一嫌犯作出賠償。

關於第一嫌犯以被害人身份所請求的醫療費用開支，由於此部份很取決於書面證明文件，但本案中未有相關費用的文件資料，第一嫌犯又未能提交相關開支單據，亦未能指出有關費用的具體金額，因此，本法院認為本案不具備條件就此部份作出判處，故不予裁定。

另外，第一嫌犯因是次事件受傷而承受的身體上的痛楚及精神或心理上的創傷實際上屬非財產損害的範圍，因此，根據《民法典》第489條的規定，考慮到第一嫌犯因是次身心受傷所承受的有關痛苦、恐懼、不安的程度、其受傷的位置，結合衡平原則，本法院認定有關的非財產/精神損害賠償為澳門幣 3,500 元。

基於此，根據上述法律規定，本法院依職權判處第二嫌犯 **A** 須向第一嫌犯 **B** 支付澳門幣 3,500 元的損害賠償金，以及根據終審法院2011年3月2日第69/2010號上訴案的統一司法見解裁判所定的法定利息。

本案，上訴人並不符合正當防衛；而卷宗的已證事實已經足以體現出上訴人的襲擊行為直接對第一嫌犯造成的身體傷害，需3日康復，且有關的傷勢令到第一嫌犯遭受身體和精神上的痛楚，原審法院根據有關事實並依據衡平原則定出 3,500 澳門元的賠償金額，並無違反法律的情形，尤其是《刑事訴訟法典》第74條的規定。

據此，上訴人的該上訴理由不成立。

*

(五) 關於發回重審

由於被上訴人判決並沒不沾有任何《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款規定的任何瑕疵，故上訴人要求將案件發回重審的請求不成立。

四、決定

綜上所述，本合議庭裁定上訴人 A 的上訴理由皆不成立，維持原判。

*

本上訴之訴訟費用由上訴人負擔，其中的司法費定為 6 個計算單位。

著令通知。

—*—

澳門，2025 年 4 月 9 日

周艷平（裁判書製作人）

簡靜霞（第一助審法官）

蔡武彬（第二助審法官）